

# **Projecto de Resolução Política**

## **V Assembleia do Sector Intelectual de Coimbra**

**23 de Abril de 2022, 14h30**

**Casa da Cultura, Coimbra**

## **Introdução – Breve caracterização da situação política**

### **1. Áreas de actividade e profissões intelectuais**

- 1.1 Educação e Ensino**
  - 1.1.1 Ensino artístico especializado**
  - 1.1.2 Professores e Educadores**
- 1.2 Ensino superior e Investigação**
  - 1.2.1 Docentes do Ensino Superior**
  - 1.2.2 Trabalhadores Científicos**
- 1.3 Justiça e acesso ao Direito**
  - 1.3.1 Advogados**
- 1.4 Cultura e artes do espectáculo**
  - 1.4.1 Trabalhadores das artes**

### **2. A Intervenção social dos intelectuais, as suas organizações e a acção do Partido**

- 2.1 As lutas e a ligação às massas**
- 2.2 Organizações sindicais**
- 2.3 Outras organizações de carácter sócio-profissional**

### **3. O Partido: intervenção e tarefas**

- 3.1 Trabalho de direcção**
- 3.2 Organização do Partido**
  - 3.2.1 Os subsectores**
  - 3.2.2 As células**
- 3.3 Trabalho político unitário**
- 3.4 Fundos**
- 3.5 Informação, propaganda e formação ideológica**

## **Introdução – Breve caracterização da situação política**

No período que decorre desde a última Assembleia do Sector Intelectual, a 25 de Junho de 2016, foram múltiplas as transformações ocorridas nos vários campos de acção deste Sector, transformações estas iniciadas no quadro da situação política decorrente das eleições legislativas de 2015 – com a **derrota da coligação de direita** e constituição de Governo do PS, mediante posições conjuntas com o PCP, PEV e BE.

Este período, entre 2015 e 2019, viu avançar a **reversão da ofensiva da Troika nacional e estrangeira**, em grande medida assente na intervenção do PCP e do PEV, não somente a partir das posições conjuntas assinadas com o PS mas também mediante a proposta interventiva e consequente em sede de negociação do Orçamento do Estado (OE). Assim, foi possível reverter algumas medidas mais gravosas, como o pagamento de subsídios por duodécimos, parte das cativações, reverter a privatização dos serviços de Metro em Lisboa e Porto, da CP e da TAP, avançar com a gratuidade de manuais escolares, criar contratos para investigadores pós-doutorados e avançar com um programa de regularização de trabalhadores precários na função pública, criar um melhor regime para os trabalhadores a recibos verdes, aumentar extraordinariamente pensões e salário mínimo entre muitas outras medidas positivas, ainda que muitas vezes executadas de forma insuficiente.

Com as eleições **legislativas de 2019** deu-se a primeira alteração de fundo a esta fase política, agora com o PS com maioria relativa e um recuo das posições eleitorais do PCP e PEV. A partir daqui, foi reduzindo a capacidade interventiva das forças à esquerda do PS, com maior dificuldade em fazer vingar as suas propostas, face a um PS uma vez mais voltando à sua matriz política de origem e de subserviência aos ditames da União Europeia que nunca havia realmente abandonado. Ao longo deste período, que se desenrolou a par da epidemia de Covid19, foi ainda assim possível alcançar avanços ao nível das pensões e salário mínimo, por exemplo, muito embora se tenha assistido à degradação constante do Serviço Nacional de Saúde e da Escola Pública e todos os níveis de ensino. O PS foi usando a nova correlação de forças para progressivamente recusar quaisquer soluções em benefício do povo e dos trabalhadores, aumentando a sua subserviência face a Bruxelas e interesses do grande patronato. Já no final de 2021, no quadro da negociação do Orçamento do Estado para 2022, o PS recusou qualquer negociação com o PCP, deturpando as suas posições, acusando-o de intransigência e, apoiado pelo Presidente da República, viria a forçar a reprovação do Orçamento do Estado e a consequente – mas não necessária – convocação de eleições para a Assembleia da República (AR).

Estas eleições – num quadro de mistificação e deturpação das reais posições do PCP e do que levou à sua convocação, de apelo ao voto útil e dramatização da ascensão da extrema-direita – vieram criar uma **nova situação política**: a maioria absoluta do PS, a queda acentuada do PCP e o desaparecimento parlamentar do PEV, a par da reconfiguração e crescimento assinalável da direita, com a consolidação de novos partidos de cariz de extrema-direita com nuances mais modernas ou reacionárias. Um quadro que enforma novos desafios à intervenção do PCP que, com uma menor capacidade de intervenção parlamentar e institucional, necessita de fortalecer internamente a sua organização e capacidade de intervenção noutros planos.

Paralelamente, o período entre os processos eleitorais de 2019 e 2022 decorre no quadro da **epidemia COVID19**, algo que levantou outros tantos problemas, nomeadamente à imagem do PCP com uma intensa ofensiva política, mediática e ideológica em torno de aspectos da sua actividade, como a Festa do Avante e o Congresso, e de forma mais global quanto a todo o tipo de intervenção pública, como foram exemplo as comemorações do **25 de Abril** e **1º de Maio**, além na verdade de

qualquer processo de contestação. Além disso, as medidas de contenção da epidemia vieram colocar enormes entraves às características específicas de organização e intervenção do PCP, que têm na proximidade e contacto o seu vértice norteador.

Recentemente, no quadro da intervenção militar da Rússia na Ucrânia, assiste-se a uma **brutal ofensiva reaccionária e fascizante**, não somente anti-comunista mas anti-democrática e anti forças progressistas, assente na mentira, calúnia e difamação, subvertendo e falseando as posições do PCP – por parte dos meios de comunicação social dominante e destacadas figuras públicas e políticas – instigando todo o tipo de ódios com o objectivo de por um lado isolar não somente o PCP mas as forças progressistas em geral e por outro promover e branquear o imperialismo beligerante da NATO, UE e forças reaccionárias.

Este período vê assim ascender ainda mais o **poder de uma comunicação social ao serviço do capital**, em permanente acicatar de todos os medos, promovendo a histeria social, o individualismo e revanchismo, mas também o egoísmo e a inveja, deturpando os reais problemas nacionais e suas soluções, constituindo-se numa das ferramentas fundamentais para a ascensão dos novos partidos de direita e ofensiva fascizante.

É neste quadro de profundo **agravamento da ofensiva ideológica** que a actividade do Sector Intelectual se desenvolve. Um quadro de afirmação de ideias e valores reaccionários e antidemocráticos, de carácter tanto fascizante como neoliberal, de promoção do individualismo e ataque às relações colectivas e à própria ideia de sociedade e contrato social, de desvalorização da Constituição da República Portuguesa e dos direitos, liberdades e garantias no plano social e económico aí consagrados, de desvirtuação da noção de serviços públicos, e de promoção da individualização das relações de trabalho e ataque à organização colectiva dos trabalhadores, do incentivo à militarização, guerra e securitismo, entre outras facetas desta brutal ofensiva.

Neste contexto, adquire crescente **importância a organização do Sector Intelectual do PCP**, dos intelectuais comunistas, não como meros trabalhadores qualificados ou militantes a quem em particular caberia a reflexão política, mas pelo contrário, entendido como efectivo sector profissional, dos trabalhadores com actividade no âmbito da produção e circulação de ideias no seu sentido mais amplo. Militantes e organização a que, neste tempo de ofensiva no plano das ideias, se exige um reforço da participação e da intervenção, da reflexão, formação e combate ideológico, de reforço da organização interna e firme e combativa intervenção pública.

Transformações estas que, após anos de **ofensiva desprofissionalizante e proletarizante**, conhece agora novos ataques no plano da individualização das relações de trabalho e na ofensiva contra a organização colectiva, aspectos agravados pela progressiva digitalização do trabalho intelectual. Trabalho este que, desta forma, se desenvolve de formas crescentemente **individualizadas** e isoladas, com progressiva perda de autonomia e maior rotinização, desvalorização da qualificação, quebra de rendimentos e estatuto social, bem como enfraquecimento da organização e acção colectivas. Aspectos que, com natural diversidade em cada grupo profissional, incidem sobre o professor e o investigador, o jornalista e o designer, o médico e o enfermeiro, o arquitecto e o advogado, sem excepção.

É portanto neste quadro global de **crise do capitalismo** e aprofundar da sua agressividade, de nova correlação de forças no plano institucional, de profundíssima ofensiva ideológica, de ataque cerrado às profissões intelectuais e reconfiguração das relações sociais de produção que se desenrola esta Assembleia do Sector Intelectual de Coimbra, cujo debate e conclusões serão fundamentais para a intervenção nos anos vindouros.

## 1. Áreas de actividade e profissões intelectuais

### 1.1 Educação e Ensino

A educação e o ensino têm vindo a ser alvo de brutais ataques ao longo dos anos. Os últimos anos, de governo minoritário PS, mantiveram **estagnado o nível de financiamento**, não investindo de forma capaz na Educação, na valorização dos profissionais, na resolução dos problemas que os afectam, na melhoria das condições de trabalho nas escolas, na atracção de jovens para a docência, na recuperação de outros, já profissionalizados, para o seu exercício, na democratização da gestão, com o correspondente reforço da autonomia. Os governos do PS, de António Costa e Tiago Brandão Rodrigues, pouco fizeram para alterar a situação negativa desta determinante área, consagrada como um relevantíssimo direito pela CRP. A questão que, desde logo, se coloca é se existem condições, designadamente ao nível dos recursos (financeiros, humanos, materiais, físicos...) para que a Escola Pública, gratuita e de qualidade, cumpra a missão democratizadora que lhe está cometida.

Desde 2015 que se verifica a estagnação da despesa do Estado em Educação, representando **menos de 4%** do Produto Interno Bruto (**PIB**). Se as questões financeiras são importantes, pois explicam boa parte do conjunto de problemas que afetam o setor, designadamente ao nível da escassez de recursos, elas não são as únicas. Nos últimos anos, muitas foram as mudanças que se deram, não raras vezes constituindo **retrocessos, tanto educativos, como democráticos**, como é exemplo a falta de gestão democrática, ou o encerramento de milhares de escolas do 1.º ciclo, nem sempre com alternativas para os alunos deslocados.

Os **exames** ganharam protagonismo, impostos logo a partir do 1.º ciclo, em detrimento de uma avaliação contínua. Essa perspetiva não foi apagada nas duas últimas legislaturas, ainda que tivesse sido diluída com o fim dos exames nos 4.º e 6.º anos de escolaridade.

Outro sinal dos tempos foi o encaminhamento de um número crescente de alunos para as **vias profissionais**. Mais do que um sinal de valorização real deste segmento, de aposta na estruturação de um sistema educativo diverso, adequado à realidade e necessidades do tecido produtivo do país e garante de uma vida profissional digna, temos sim a consolidação de um ensino de primeira e segunda categoria, reservando esta para os filhos das camadas mais desfavorecidas num quadro de reprodução social das desigualdades. Além disso, estamos ainda a assistir a mais um processo de crescente transferência de financiamento para fundos europeus determinados e condicionados externamente.

Em janeiro de 2019 é regulamentada a **transferência de competências** na área da Educação (DL21/2019), processo de municipalização imposto a partir de 01 de Abril de 2022. Esta opção política, que veio transferida do governo Passos Coelho/Portas, favorece o descomprometimento do Estado central no que respeita ao financiamento da educação pública e o reforço do controlo sobre as escolas. Será caminho para o aprofundamento de assimetrias e, até, para pôr em causa a realização do direito à educação, um dos importantíssimos direitos de carácter universal que a CRP estabelece. A concretização do direito universal à educação não se compadece com capacidades, disponibilidades, vontades e apetências locais, sem desprimor para o Poder Local que vem sendo, desde o 25 de Abril, um instrumento fundamental de efectivação das aspirações das populações. Ao Poder Local, o que é do Poder Local, a Educação e a resolução dos seus problemas são obrigações do Estado central.

Em suma foram tempestuosos os tempos vividos na Educação, com mudanças que surgiram sem avaliação do que existia e, quase sempre, em sentido contrário ao que a Escola Pública necessitava e ambicionava.

### *1.1.1 Ensino Artístico Especializado*

Quase dez anos após a Revolução de Abril de 1974, quem pretendesse ter acesso ao **ensino das artes performativas** no nosso país, tinha à sua disposição uma rede constituída por três escolas públicas – Lisboa, Porto e Braga –, uns quantos Conservatórios privados em algumas capitais de distrito e instituições do movimento associativo de que há a destacar as Sociedades Filarmónicas (presentes na quase totalidade do território continental e insular). Importa assinalar que, ainda hoje, ensino artístico significa, quase em absoluto, aprendizagem musical, permanecendo residual o ensino especializado da Dança, das Artes Visuais e do Teatro.

Alargada em meados da década de 1980, a **rede pública de ensino artístico** nunca conheceu uma dimensão (em volume de escolas e distribuição geográfica) que lhe permitisse a implementação generalizada de políticas educativas. No final da década de 1980 dá-se a grande novidade no ensino da Música em Portugal: a criação de escolas profissionais de música no norte do país, beneficiando da presença, ali, de um número considerável de músicos/professores oriundos dos países do leste europeu. A aplicação de metodologias de ensino artístico largamente experimentadas nos sistemas educativos socialistas viriam a ser responsáveis pela considerável melhoria das aprendizagens dos alunos portugueses, que logo viriam a beneficiar da ampliação da oferta de formação superior nas áreas artísticas

A grande melhoria na preparação de profissionais/músicos não viria a encontrar no **mercado de trabalho** saídas profissionais para tantos e tão melhores instrumentistas. Com efeito, o endémico **desinvestimento na Cultura**, remetendo-a para soluções de “mercado”, desaproveitou centenas de profissionais, depressa absorvidos pela quase-indústria de escolas de música informais de tipologias diversas. Naturalmente geradoras de melhores aprendizagens e da criação da vontade/necessidade de formação na área artística (pelo acréscimo de conhecimento que os docentes transportam), nestas escolas acolhem-se situações laborais de completa iniquidade e abuso. Quando, em 2008, é alargado o chamado “ensino articulado” (articulando os currículos dos ensinos regular e artístico), a disponibilidade de mão de obra é enorme. E a expectativa de regularização laboral é grande também. Dir-se-ia, aliás, estarem criadas todas as condições para o alargamento da rede pública, democratizando o acesso ao ensino artístico especializado, para a integração de jovens profissionais na carreira docente, para a solução de assimetrias, para a revitalização de estruturas formais e informais de actividade artística. Mas não foi isso que aconteceu.

Perante a **ausência de iniciativa de criação de escolas por parte de sucessivas equipas do Ministério da Educação**, foram surgindo um pouco por todo o lado, à revelia de qualquer plano de implantação, instituições privadas de ensino artístico, sobretudo de Música mas também de Dança e das Artes Visuais, às quais foram entregues 144 das 162 escolas artísticas do continente português. Multiplicaram-se os casos de corrupção na gestão das escolas, de exploração do trabalho dos profissionais. A coberto da chamada “autonomia pedagógica” inventaram-se currículos alternativos, destinados ao desvio de verbas que deveriam ser aplicadas em remunerações do trabalho e na educação dos alunos. O Estado-garantidor dos interesses dos grupos privados vai certamente resolver o “constrangimento” com a ajuda de instrumentos como a municipalização.

A sub-orçamentação das escolas de ensino artístico especializado tem criado dificuldades no que respeita à ampliação e manutenção do parque instrumental, à concretização plena dos seus Projectos Educativos e Planos de atividade.

A existência nas escolas de cursos profissionais financiados pelo POCH (Programa Operacional Capital Humano) e regidos por normas de funcionamento distintas, em alguns aspectos, das restantes ofertas educativas, nomeadamente no que diz respeito à obrigatoriedade do cumprimento de um número de horas lectivas previamente estipulado, tem criado constrangimentos no cumprimento de direitos e garantias legalmente instituídos, tais como o direito ao gozo da licença por maternidade/paternidade, o direito à greve, entre outros.

Com a recente inclusão do Curso Básico de Teatro como oferta formativa do ensino artístico especializado pela Portaria 65/2022, urge criar os respetivos grupos de recrutamento bem como clarificar as habilitações para a docência das disciplinas constantes na matriz curricular. A falta de subgrupos de recrutamento dos Cursos de Jazz, potenciando que um docente não conhecedor da área específica a lecionar o possa fazer, poderá criar graves danos na formação dos alunos, pelo que importa resolver junto da tutela esta lacuna.

### *1.1.2 Professores e Educadores*

Tem havido um continuado caminho de **desvalorização da carreira docente** que diferentes governos têm promovido, e que vem sendo acompanhado por uma desvalorização da importância do papel dos professores, alimentada com declarações e atitudes, que visa justificar e facilitar a primeira. Em comum, os governos têm tido o propósito de embaratecer o trabalho docente para acomodar opções políticas por desinvestimento ou investimento insuficiente.

Os ataques, muitas vezes desferidos por governantes e suportados por comentadores que não perdem oportunidades para porem em causa o profissionalismo dos docentes, ainda que ostentem clamorosa ignorância acerca do assunto, ganharam violência.

A **profissão e a carreira docente sofreram uma ofensiva** profunda através de políticas que continuam a estar na origem de alguns dos principais problemas que afetam os professores. São de então alguns marcos negativos que perduram e se acentuaram em matérias como a excessiva carga horária, promovida com ilegalidades e abusos diversos, o trajeto vincado de envelhecimento do corpo docente, resultado da alteração dos requisitos para a aposentação, ou a opção pela precariedade laboral a que milhares de profissionais foram sendo submetidos, alguns durante mais de vinte anos, mas também a abolição, no Estatuto da Carreira Docente, do articulado que, sendo verdade nunca ter sido regulamentado, previa a criação de condições para a fixação de professores em zonas isoladas e desfavorecidas.

Com os governos minoritários do PS, a estratégia foi outra. Nos dois primeiros anos, impulsionadas pela luta, mas também pela pressão determinante do PCP para o afastamento da direita, registaram-se algumas iniciativas positivas. O número de professores aumentou, ainda que residualmente no distrito de Coimbra (de 4582 professores em 2016/2017 para 4755 professores em 2019/2020). Todavia, o Governo e, no Parlamento, o grupo parlamentar do PS mostraram conviver bem com as medidas mais negativas herdadas em diversos domínios da profissão docente, da carreira às condições de trabalho, ou da precariedade e injustiças dos concursos ao envelhecimento. O mesmo se aplicou a outras realidades que pesam sobre a vida das escolas, por exemplo, **o modelo de gestão** (modelo de gestão uni-pessoal com base na figura do director, altamente burocratizado e legalista que paralisa a máquina das escolas), a organização em mega agrupamentos, o regime de formação de professores, entre outros. Assim, os governos do PS com António Costa e, no Parlamento, o PS optaram por manter o que de essencial e danoso tinha sido aprovado pelos anteriores executivos PS e PSD/CDS-PP.

A **decisão política de não mexer em aspectos essenciais**, como os citados, apesar das implicações negativas que daí resultavam para as escolas e para os seus profissionais, levaria a equipa designada para a Educação, por opção do governo, a protagonizar um cerrado e prolongado bloqueio negocial com os sindicatos, não respondendo a ofícios, não aceitando reunir quando era necessário, não dialogando, não dando conta da receção de propostas, e, claro, não promovendo a negociação, mesmo quando esta foi formalmente desencadeada, nos termos legalmente estabelecidos, pela parte sindical. Tomada a decisão política de não resolver qualquer um dos principais problemas identificados pelos professores, a estratégia adotada, em grosseira contradição com as permanentes invocações do “diálogo social” no discurso político do governo e do PS, foi a de nem sequer abordar os assuntos, quanto mais estabelecer diálogo e promover negociações.

Contudo há o reconhecimento do papel, da importância e da atitude responsável dos docentes. Estudos, promovidos por entidades nacionais, mas, igualmente, de âmbito internacional, têm confirmado que é **elevada a consideração dos portugueses pelos professores**. Isto, apesar das frequentes atrocidades que são propagadas por comentadores e governantes, principalmente em momentos em que os docentes defendem e lutam pelos seus direitos e em que ao poder interessa depreciar a sua imagem.

Organizações e entidades diversas têm chamado a atenção dos governos para o estado a que chegou a Educação. De destacar o Conselho Nacional de Educação (CNE) que, através de recomendações e pareceres diversos, tem alertado, entre outros problemas, para a situação dos professores. O CNE vem chamando a atenção para números assustadores que confirmam o **envelhecimento** e para a **sobrecarga** de trabalho a que os professores estão sujeitos, com enorme desgaste, ou colocando dúvidas e preocupações sobre a **transferência de competências** para os municípios. Por seu lado, o Tribunal de Contas, há menos de um ano, chamava a atenção para o crescente desinvestimento em Educação e, também, para a insuficiência das políticas públicas para esta área.

Na AR, o PCP tem defendido políticas de promoção da **Escola Pública**, apresentado propostas destinadas a garantir e elevar a qualidade das respostas para todos, inclusivas e apontando no sentido da gratuidade do acesso à Educação. O obstáculo primeiro é que os governantes deixaram de ouvir quem alerta e quem apresenta propostas para solucionar os problemas. Em aspectos essenciais à vida das escolas e à valorização da profissão docente, sempre que foram apresentados projectos de resolução ou de lei na AR, o PS votou contra, conseguindo, com a colaboração da direita parlamentar, impedir a aprovação das iniciativas. E quando, excepcionalmente, os projectos foram aprovados, consumando-se em recomendações ou leis da AR, o governo ignorou ou desrespeitou, ostensivamente, as normas e o Parlamento. Um dos momentos de verdadeiro paroxismo deste comportamento teve lugar quando o primeiro-ministro António Costa, perante a eventualidade de ver aprovada a recuperação do tempo de serviço dos professores, ameaçou com a demissão do governo, uma chantagem que colheria frutos por parte de PSD e CDS-PP.

### *1.2 Ensino Superior e Investigação*

O actual contexto do Ensino Superior Público permanece preocupante, com muitas instituições perto da ruptura financeira. Os Contratos de Legislatura para o Ensino Superior, assinados respectivamente em 2016 e 2020 entre o Governo do PS e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), não contrariaram o crónico **subfinanciamento público** deste sector em Portugal. No tecto orçamental estabelecido para o primeiro Contrato faltaram pelo menos 7,6 milhões de euros para acompanhar o aumento da massa salarial e combater a precariedade através do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública

(PREVPAP), cujo resultado foi profundamente insuficiente, não tendo dado resposta a uma parte muito significativa dos trabalhadores, que se mantiveram em funções permanentes, com vínculos precários. As verbas insuficientes do Orçamento do Estado não permitem pagar salários, que continuam a ser suportados com receitas próprias, nem cobrir despesas de manutenção do património próprio e de equipamentos indispensáveis. Esta situação tem facilitado a privatização de uma função social fundamental do Estado, seguindo uma via mercantilista que a coloca ao serviço do poder económico nacional e internacional e não do desenvolvimento do país. A situação de surto epidémico de Covid19 levou a um aproveitamento no Ensino Superior, com o Governo e os responsáveis pelas instituições a introduzirem algumas alterações no sistema público que pretendem transformar em definitivas. O ensino à distância, cujo incremento a curto prazo já estava previsto no segundo Contrato e nos OEs desde 2020, é uma destas alterações, inserindo-se nas estratégias da União Europeia que têm determinado as políticas nacionais para este sector e que resultam na elitização do acesso ao conhecimento.

A colocação das instituições de ensino superior, universitário e politécnico, ao serviço dos interesses das potências industriais e financeiras e da competição económica tiveram expressão na **Estratégia de Lisboa**. O Processo de Bolonha antecipou este caminho de desinvestimento público estratégico e resultou, como se previa, num aumento das certificações sem efectiva correspondência nas qualificações, devido à redução e desestruturação dos planos curriculares e perda de corpo docente.

O Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (**RJIES**) em vigor e a legislação associada configura o quadro legal que coloca mais facilmente a gestão das instituições sob a alçada do poder económico, impondo também constrangimentos nos mecanismos de participação dos trabalhadores nos processos de decisão. Acentuou-se, por isso, a necessidade da revisão do RJIES (que já devia ter ocorrido há vários anos com base no que a lei dispõe) no sentido de aumentar a democracia interna, revertendo a possibilidade do regime fundacional e dotando as instituições de meios que, no quadro da sua autonomia e no respeito por regras de bom uso dos recursos públicos, permitam uma gestão ágil e eficiente, compatíveis com a sua missão na elementar soberania e desenvolvimento nacionais.

A passagem de universidades públicas para **fundações** de direito privado continua a ensombrar o ensino superior. A intensa luta travada em Coimbra para impedir esta alteração na Universidade de Coimbra (UC), na qual o PCP muito se empenhou, deu frutos e em Junho de 2018, o Conselho Geral rejeitou o regime fundacional, decisão sem precedentes. Nenhuma universidade que iniciou esta discussão chegou a esta decisão contrariando, nalguns desses casos, a oposição expressa das suas comunidades académicas. A decisão não pode ser desligada da visibilidade dos problemas criados pelas instituição-fundação, que ampliam os já existentes no ensino superior, principalmente nos âmbitos das relações laborais e da gestão. A precariedade tem aumentado a olhos vistos nas instituições que seguiram este caminho, através da desregulação das condições contratuais, à margem do estabelecido nos estatutos das carreiras docentes e de investigação. É também notório o modo como têm abdicado da sua autonomia estratégica, deixando na mão de curadores, que não respondem perante ninguém, poderes de decisão final sobre aspectos fundamentais — o regime fundacional vem assim acentuar o pendor autocrático do RJIES. As fundações são apenas mais um elemento aproveitado por uma estratégia de controlo privado do ensino público pelos grandes grupos económicos, que corrói os direitos dos trabalhadores.

A criação de **consórcios** prevista no RJIES ganhou novo fôlego com o consórcio a sul, entre as Universidades do Algarve, de Évora, e Nova de Lisboa, sem preocupações de articulação estruturada da rede de ensino superior, nem de inversão do subfinanciamento crónico a que o sistema tem estado sujeito. Sem pôr em causa os benefícios da cooperação entre instituições, esta possibilidade apresenta-se como solução economicista para dificuldades estruturais que necessitam de uma resposta estrutural, responsabilizando o Estado pelo ensino superior como função social e direito constitucional. Importa, assim, exigir o adequado financiamento de todo o sistema e a definição, democraticamente participada, de uma orientação estratégica para a estruturação da rede.

Relativamente à **investigação** a correlação de forças da Assembleia da República durante o primeiro governo minoritário do PS liderado por António Costa, juntamente com a firme luta dos trabalhadores científicos permitiu que fosse criado um mecanismo de substituição de bolsas de investigação para doutorados por contratos de trabalho. Esse mecanismo, conhecido como Diploma de **Estímulo ao Emprego Científico**, ou Decreto-Lei n.º 57/2016, continha na sua versão original uma abrangência muito limitada, implicando ainda uma perda salarial muito significativa relativamente às bolsas para doutorados.

A Apreciação Parlamentar do referido Decreto-Lei, solicitada pelo PCP, permitiu melhorar substancialmente a proposta do governo, nomeadamente, não abrangendo apenas poucas centenas de bolseiros doutorados mas mais de um milhar, na sua **Norma Transitória**, não havendo perda anual de vencimento líquido e havendo a obrigatoriedade de abertura de concursos para as carreiras após a renovação do contrato para o sexto ano no caso da contratação em funções públicas. Contudo, não se conseguiu impedir a criação de uma categoria com remuneração abaixo da de Investigador Auxiliar, e sem equivalência no Estatuto da Carreira de Investigação (ECIC), como não se conseguiu plasmar na lei a obrigatoriedade de abertura de concursos para contratos sem termo após a renovação para o sexto ano no caso das contratações em regime de direito privado. No entanto, nem os seis anos de contrato estão a ser cumpridos, tendo muitas instituições vindo a cessar contratos a partir dos três anos, por forma a não serem obrigadas a cumprir a abertura do concurso no final do tempo estipulado.

A **implementação da lei contou, ainda, com uma enorme obstaculização** por parte das instituições, acompanhada pelo CRUP, perante a passividade tácita por parte do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), Manuel Heitor, resultando no adiamento da sua implementação que só viria a verificar-se de forma generalizada em 2018, após a publicação do Decreto Regulamentar n.º 11-A/2017 em falta, a 29 de dezembro.

O **Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI)** prossegue como grave entrave ao desenvolvimento científico e constitui uma ferramenta de perpetuação da precariedade do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (STCN).

Paralelamente à implementação da Norma Transitória do referido Diploma, que resultou num grande alívio por parte da maioria dos investigadores bolseiros que, assim, desmobilizaram da luta, o MCTES manteve a existência de **bolsas de pós-doutoramento**, contrariamente ao prometido, habilmente enquadradas pelo Decreto-Lei n.º 65/2018 como passíveis de atribuição de diploma e assim vistas como bolsas de formação.

### *1.2.1 Docentes do Ensino Superior*

A **precarização** dos professores das instituições do Ensino Superior tem-se agravado, apesar de um ligeiro aumento registado nos números de docentes do Ensino Superior no distrito de Coimbra (de 2523 docentes em 2016/2017 para 2823 docentes em 2019/2020).

Aos **docentes deste nível de ensino** é, em síntese, colocado: assumirem quantidades de trabalho docente maiores do que antes, novas responsabilidades e maior quantidade de trabalho de natureza administrativa e de gestão de processos académicos; aumentarem muito a sua produção científica apesar de terem cada vez menos tempo para a ciência; esperarem cada vez mais tempo por pequenas valorizações remuneratórias porque as subidas de escalão são cada vez mais demoradas ou, então, impossibilitadas por “emergências” orçamentais que se vão tornando crónicas; vencerem dificuldades cada vez maiores para obterem financiamento para projectos de investigação científica.

O progressivo estrangulamento financeiro das instituições de ensino superior (IES), combinado com o crescimento uma visão neoliberal, leva ao recurso de um maior número de **docentes convidados**. Sujeitos a contratos a prazo, auferem remunerações cada vez menores e confrontam-se com a necessidade de estar sistematicamente à procura de alternativas profissionais fora do Ensino Superior. Assim, o espectro do desemprego afeta também estes trabalhadores e demonstra a sua crescente precarização.

Nas universidades, vale a pena destacar a situação difícil dos **Leitores**, docentes que constituem um grupo restrito, com funções muito específicas de ensino da língua de origem, alguns há mais de 20 anos, sempre com contratos a termo. Durante anos foram menosprezados, sendo-lhes impostas contratações a tempo parcial com horários de trabalho de tempo integral, tendo-se observado em diversas IES acções tendentes ao seu despedimento. A situação destes docentes foi em boa medida resolvida pela acção sindical continuada e persistente, que culminou num processo negocial de que resultou nova legislação com medidas positivas para a estabilidade laboral dos Leitores, preservando direitos, como o de dispensa de serviço letivo para realização do doutoramento e o de isenção de propinas.

### *1.2.2 Trabalhadores Científicos*

A **Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)**, no Concurso para Projectos de I&D em todos os domínios científicos aberto em 2017 obrigou a que todos os projectos incluíssem a contratação de um doutorado, resultando em mais de cerca de 1600 investigadores contratados a termo. Porém, nas duas edições seguintes deixou de existir essa obrigatoriedade, podendo incluir-se bolsas de pós-doutoramento ou outras, diminuindo radicalmente o chamado estímulo ao emprego científico. De realçar que a realização de cinco Concursos de Estímulo ao Emprego Científico (CEEC) – individuais (ao qual concorrem individualmente os investigadores), quase anuais desde 2017, e dois CEEC – institucionais (ao qual concorrem as instituições solicitando contratos cujos concursos elas próprias abrirão posteriormente), desde 2018, somados, não atribuem, em média, mais de 400/450 contratos por ano.

O **EBI**, de 1999, e já alterado em 2004, é alterado pelo Decreto-Lei n.º 123/2019, restringindo a atribuição de bolsas de investigação apenas quando as actividades de investigação estejam integradas num ciclo de estudos conferente de grau ou diploma não podendo ainda terem obtido doutoramento há mais de três anos. Estas restrições não foram acompanhadas por medidas conducentes a iguais oportunidades de prossecução dos trabalhos através de contratos, resultando num novo estrangulamento no SCTN que se encontra com cerca de 13000 bolseiros.

Segundo os dados do **Observatório do Emprego Científico**, em 2018/2019 foram contratados cerca de 2100 investigadores com contratos que poderão ir até um máximo de seis anos e cerca de 1400 com contratos de um máximo de três anos. Neste momento existem cerca de 3400 investigadores contratados a termo certo ou incerto. Dado os CEECs não atribuírem mais que 200 lugares por ano para contratações no nível mais baixo, e não mais que 200 para contratações nos níveis seguintes (níveis aos quais terão de concorrer os que procuram um segundo contrato e os que já obtiveram uma bolsa de pós-doutoramento por três anos), neste ano de 2022 assistiremos a uma redução de cerca de 1000 investigadores contratados no SCTN, atingindo cerca de 2000 até 2024.

É de destacar a rápida aproximação de uma grande vaga de término de contratos a termo de investigadores na Universidade de Coimbra e nas Unidades de Investigação e Desenvolvimento a esta, directa ou indirectamente, associadas. De 2016 até 2021, o total de investigadores de carreira na UC manteve-se inalterado: 23. No mesmo período o número de investigadores contratados a termo passou de 41 para 287. Até ao final de 2024, pelo menos 89 terminarão esse contrato, e mais de 140 terminá-lo-ão até ao final de 2025.

É de realçar ainda que, embora a UC seja o principal empregador de investigadores em Coimbra, outras instituições como o Centro de Estudos Sociais (CES), o Centro de Neurociências e Biologia Celular (CNC), a Escola Superior de Enfermagem e a Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial (ADAI) empregam, no seu todo, várias dezenas de investigadores a termo. O Instituto Politécnico de Coimbra, que recorre largamente à contratação a termo de assistentes e professores, não tem contratado quaisquer investigadores.

A situação é ainda mais dramática quando, através da **FCT**, são atribuídas mais de 1300 bolsas de doutoramento por ano, esperando-se, portanto, pelo menos uma taxa igual de doutorados, aos quais se juntam centenas de bolseiros de pós-doutoramento cujas bolsas terminam. A aspiração destes investigadores de continuarem na investigação científica restringem-se quase exclusivamente aos concursos CEEC com taxas de aprovação da ordem dos 5-10%. É, assim, inevitável o surgimento de uma profunda crise no SCTN já em 2022, incapaz de aproveitar o saber e a formação especializada dos seus investigadores — estejam estes trabalhadores científicos em “formação” ou não —, incapaz de dar resposta às suas aspirações e às necessidades do SCTN.

### *1.3 Justiça e Acesso ao Direito*

O **Direito e a Justiça** são pilares fundamentais do estado de direito democrático. No entanto, quem trabalha na área da Justiça e quem necessita dos seus serviços, conhece bem a grave situação que aí se vive. Os problemas do sector da Justiça continuam na ordem do dia e afectam todos quantos têm que a ela recorrer para defesa dos seus interesses e direitos: o subfinanciamento do sector (que acarreta incombustíveis custos no acesso aos tribunais), as condições precárias do parque judiciário e prisional, a carência de recursos humanos em todas as áreas e tantas outras limitações, que os su-

cessivos governos têm deixado agravar, aceitando a degradação das condições de realização da Justiça e da imagem que dela têm os cidadãos.

Na verdade, todas as recentes reformas na Justiça não só não resolveram como agravaram os problemas existentes e apenas visaram a diminuição de custos orçamentais em prejuízo dos cidadãos e do direito destes ao acesso à justiça.

A **qualidade da Justiça** constitui historicamente um dos mais efectivos índices de desenvolvimento e igualdade. Bem como, um poder judicial independente, é, necessariamente, requisito e pilar fundamental do regime democrático constitucionalmente plasmado. Há, então, que defender a autonomia e independência das magistraturas, recusando toda e qualquer intromissão do poder político ou diminuição desta autonomia e independência.

Por tudo isto, reafirmamos que a defesa do regime democrático, o aprofundamento dos direitos, liberdades e garantias, o combate à corrupção e a concretização de uma Justiça independente e acessível a todos, se constituem como pilares essenciais, que devem nortear a definição de políticas capazes de fazer cumprir o projecto Constitucional nas suas múltiplas dimensões: política, económica, social, cultural, ambiental e de independência nacional.

Importa prosseguir a defesa **da constituição da República Portuguesa**, rejeitando intenções da sua revisão com vista à sua subversão que PSD e seus sucedâneos anseiam e que recolhe simpatia por parte do PS e de outros partidos. Este constituirá um caminho de agravamento dos projectos antidemocráticos que deve ser firmemente combatido por todos os democratas.

Com base nesta premissa, urge **dignificar a função judicial e os tribunais** como Órgãos de Sobe- rania, bem como dignificar as magistraturas, os oficiais de justiça, os advogados, disponibilizando- lhes meios e condições para o exercício das suas funções, com a necessária valorização das carreiras em termos de progressão e situação salarial.

Importa também reduzir as pendências e a morosidade processual, sobretudo ao nível da investiga- ção criminal e dos tribunais administrativos e fiscais. Para tanto, terá forçosamente de haver mais investimento, pois só o reforço do investimento em recursos humanos, infraestruturas, equipamen- tos e outros meios, permitirá ter uma justiça eficiente e célere.

No mesmo sentido, é fundamental dar efetivo cumprimento ao **Plano Plurianual de Investimento na Investigação Criminal**, proposto pelo PCP e aprovado no OE para 2021. Devem, pois, ser con- tratados mais profissionais para a investigação criminal, designadamente para a polícia judiciária e, bem assim, magistrados do ministério público e magistrados judiciais.

O mecanismo do **apoio judiciário** é vital na garantia de acesso de todos ao Direito e à Justiça. A definição de um regime justo, com regras facilitadas e capaz de garantir a todos os cidadãos acesso efectivo à Justiça, deverá ser entendido como um direito fundamental, mais do que como um ser- viço público. Um verdadeiro direito de acesso dos cidadãos à Justiça passa necessariamente pela re- visão urgente do regime legal das taxas de justiça e custas processuais, baixando significativamente o seu valor e alargando os critérios para a sua isenção. Com efeito, os montantes que um cidadão tem de despende em taxas de justiça e custas processuais impede que a maior parte dos cidadãos aceda aos tribunais e à justiça.

Também a **reabertura dos tribunais encerrados** se torna um elemento pilar no garante do acesso à Justiça. Na região de Coimbra, a redução de todas as Comarcas a uma, teve como principal con- sequência o afastamento dos serviços de justiça das populações locais e a centralização dos proces- sos. A tentativa de minorar o problema, com a criação de instâncias locais e secções de proximidade que não preenchem o âmbito dos anteriores tribunais, não resolveu o problema. A justiça é assim

administrada mais longe das populações e das micro, pequenas e médias empresas que laboram no interior do distrito, acarretando mais custos e tempo em deslocações a tribunal.

É premente aproximar a **Justiça** das populações, também com a extensão e reforço dos Julgados de Paz, através da contratação de mais Juizes de Paz e funcionários.

Importa, por fim, concretizar a ideia há muito adiada de construção de um novo palácio da justiça em Coimbra, por forma a concentrar num único local todos os juízos e serviços da Justiça, até agora dispersos e instalados em edifícios particulares a cujos proprietários o Estado paga avultadas rendas.

### *1.3.1 Advogados*

Ultimamente, a advocacia vem sofrendo **profundas alterações**, e as condições do exercício da profissão têm-se agravado, situação que a recente epidemia acentuou. Muitos advogados laboram quase exclusivamente no acesso ao direito e aos tribunais. Os honorários desses advogados oficiosos são pagos com atraso e as respectivas tabelas tiveram apenas um aumento residual em 2008.

A **formação inicial** do advogado ministrada pela **Ordem dos Advogados**, pelos elevados emolumentos a pagar pelo formando, é mais uma fonte de receita para a Ordem do que um meio adequado de formação. Urge adequar a formação inicial do advogado à profissão a exercer, com isenção de custos. Ao advogado estagiário devem ser devolvidos os serviços de acesso ao direito, em especial, em processos menores, nas acções cíveis até ao valor de cinco mil euros e nas causas da competência do tribunal singular. Deve igualmente ser consagrada a necessidade de remuneração ao advogado estagiário.

Nos tempos que correm, a advocacia tende a concentrar-se em **grandes sociedades** que recorrem a advogados em trabalho subordinado, sem que exista qualquer contrato de trabalho. Isto, contradizendo o estabelecido na lei e no estatuto da Ordem, o livre exercício do mandato forense em regime de profissão liberal. Tal situação leva naturalmente à exploração do trabalho e tem que ser regulamentada através da criação do estatuto do advogado trabalhador em regime de trabalho subordinado, incluindo os advogados estagiários, de forma a garantir os direitos dos advogados que laboram sob essa forma.

Foi apresentado pelo PS na AR o projecto-lei nº 974/X-IV/3ª que altera a Lei das Associações Públicas e o Regime Jurídico das Sociedades Profissionais sujeitos à Lei das Associações Públicas. Este diploma, entre outras alterações ao regime vigente, permite a constituição de **sociedades multidisciplinares**, onde se associem profissionais de várias áreas.

Nesse diploma prevêem-se **alterações nocivas aos advogados**, a saber: a figura obrigatória do "provedor dos destinatários dos serviços"; a avaliação final do estágio por júri externo, integrando personalidades que não sejam membros da associação; a existência de um órgão de supervisão semi-externa; a existência de um órgão disciplinar, integrando membros alheios à associação pública profissional.

Tais figuras antevêm-se prejudiciais para a justiça e para os cidadãos e afectam a liberdade e independência do exercício da profissão, como decorre do estatuto da Ordem.

A criação das sociedades multidisciplinares, além de concentrar ainda mais a actividade dos advogados, agora em entidades não detidas por advogados, irá acentuar a **precarização da profissão**, colocar problemas de ordem deontológica, afectando nomeadamente a independência e autonomia e irá permitir o acesso a informações confidenciais a entidades comerciais. Mais se entende que a interferência de entidades exteriores aos advogados, concretamente ao nível

deontológico, é prejudicial ao exercício da profissão e também ela não traz qualquer benefício aos cidadãos e à Justiça.

Ao nível da **protecção social e previdência**, há que pugnar pela alteração da situação vigente que revelou não estar à altura dos desafios mais recentes decorrentes da epidemia e não ter soluções para os problemas dos advogados, designadamente pela inexistente ou escassa protecção social em muitas situações. Assim, seja através da integração da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) na Segurança Social, seja através de uma reforma da CPAS, há que garantir aos advogados uma efectiva protecção social em todas as eventualidades além da garantia da reforma.

Nos primeiros três anos de exercício, importa ainda repor a isenção de contribuições para a Previdência, com a opção do respectivo pagamento posterior, se e quando requerido pelo advogado. Importa ainda escalonar as contribuições de modo a tornar o respectivo pagamento comportável por quem inicia o exercício da profissão.

#### *1.4 Cultura e Artes do Espectáculo*

No sector da Cultura, prosseguiram as políticas de sub-financiamento e desresponsabilização do Estado que vinham sendo desenvolvidas e que os seis anos de governo do PS não inverteram. Aprofundam-se os caminhos de **mercantilização dos bens culturais** e de **elitização** do acesso à Cultura, sendo o desenvolvimento das chamadas “indústrias culturais” e “indústrias de conteúdos” parte integrante desta tendência. A cultura é assim reduzida a um sector da produção e troca de mercadorias entre outros, explorando as necessidades da ocupação dos “tempos livres” configuradas pelo capitalismo. Esta situação faz aparecer novas áreas de lucro potencial (e também de aculturação e disseminação dos valores da ideologia dominante) nas quais o capital participa como mecenas da cultura, nomeadamente com o aval do Estado que assim se nega a cumprir o seu papel no campo da cultura tal como está definido na Constituição da República Portuguesa.

Ao mesmo tempo, associa-se e faz-se depender o financiamento de estratégias alheias à Cultura, sendo uma das suas principais manifestações a submissão à estratégia turística - a chamada **turistificação**, da Cultura e do património. No **património material imóvel**, a desresponsabilização do Estado tem consequências dramáticas, submetendo a autonomia do Património Cultural à lógica do mercado, à lei do lucro e à selectividade ideológica, sendo o Património visto como um valor transaccionável que o Estado se dispõe a privatizar — aí está o “Programa Revive” para o comprovar. Também nos **Museus** a situação se agrava, com um progressivo subfinanciamento, com impacto nos preços praticados, nos horários de abertura ao público, e na conservação e restauro, fenómeno agravado pelas políticas de municipalização.

Os valores atribuídos no **Orçamento do Estado** ao sector da Cultura mantêm-se em níveis de total indigência, como revelam os 0,33% previstos pelo PS para o OE de 2022, que veio a ser chumbado.

Só a institucionalização de um **Serviço Público de Cultura** pode garantir o acesso à criação e fruição culturais em todo o País, de todos os sectores das artes e do património cultural material e imaterial, nacional ou regional, erudito ou popular, factores da identidade, da história e da soberania nacionais. Para tal é necessário um aumento significativo do financiamento, a partir do Orçamento do Estado, com a atribuição de pelo menos **1%** à Cultura. A construção e implementação deste Serviço Público de Cultura não será possível sem financiamento adequado, mas a existência desse financiamento não será suficiente se não for acompanhada de uma definição de política cultural do Estado, de democratização do acesso à criação e à fruição, como aquela que propomos.

No **plano municipal**, o orçamento municipal para a Cultura é francamente insuficiente e continuam a faltar espaços de acolhimento e ensaio para diversos grupos, situação agravada pelas exigências da epidemia.

Apesar da aprovação, em 2019, de um novo **regulamento de apoio ao associativismo**, continua a não existir distinção entre organizações de natureza profissional e organizações de lazer e recreio, o que gera desigualdades e critérios de avaliação desajustados que, além do mais, são conhecidos apenas com o aviso de abertura de cada concurso e não antecipadamente, como defendeu e propôs o PCP durante a discussão pública do documento.

Continua por definir um modelo de gestão adequado do **Convento de S. Francisco**. No imediato, é urgente proceder à regularização dos vínculos e condições de trabalho da equipa necessária ao seu funcionamento. E, no entender do PCP, qualquer modelo que venha a ser encontrado tem de assegurar a natureza pública do financiamento e da gestão, integrada numa política cultural baseada na noção de serviço público, que assente no conhecimento, respeito e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelo tecido cultural; e que entenda a cultura, as artes e o património como elementos de promoção da democratização do acesso à cultura e não como elementos de animação e promoção turísticas, cujo sucesso se afere pela taxa de ocupação hoteleira.

A Câmara Municipal de Coimbra apresentou publicamente, em Junho de 2018, a equipa encarregada de elaborar o dossier da candidatura de **Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027**. Posteriormente, no quadro de trabalho de preparação da candidatura, teve lugar uma reunião entre a comissão de candidatura e o PCP. O PCP manifestou divergência relativamente à instituição de “Capitais Europeias da Cultura”, em formato de concurso e promotoras da intervenção do “mercado” nas políticas culturais; foi exposta a urgência da adopção de políticas culturais – locais, regionais e nacionais – valorizadoras da Cultura enquanto dimensão essencial da democracia.

A candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027 não foi seleccionada para passagem à fase seguinte do concurso, havendo a assinalar algum trabalho de levantamento do tecido cultural local (traduzido em trabalhos de mapeamento das existências culturais e dos hábitos de “consumo” cultural). É também necessário **analisar a avaliação produzida**, de modo a compreender de que forma se pode **melhorar a política cultural** do município e planificar a actividade para os próximos anos.

Há muito que o PCP se batia pela criação de um **Conselho Municipal Cultura**, entretanto criado. Importa que ele ganhe vida e seja realmente um espaço de debate e participação na definição das políticas culturais - é com esse empenho que temos defendido e proposto uma gestão democrática que envolva os agentes culturais e valorize a sua actividade.

#### *1.4.1 Trabalhadores das Artes*

O sector das artes do espectáculo vem sendo alvo de continuados ataques pela política de direita de sucessivos governos, nomeadamente a nível do financiamento, conduzindo a uma degradação generalizada das condições de trabalho e emprego, à destruição de estruturas culturais e artísticas, à redução de trabalhadores nas que se mantêm – a par de despedimentos – e à desprofissionalização de entidades. Infelizmente este diagnóstico de subfinanciamento mantém-se apesar da engenharia orçamental do actual governo PS que aumentando financiamento aumentou também as cativações.

Este continua a ser um sector caracterizado pela **precariedade, desregulamentação de salários e horários** e pela instabilidade laboral provocadas pelo subfinanciamento crónico e com o uso generalizado de recibos verdes, com o correspondente empobrecimento dos seus trabalhadores.

A epidemia Covid19 veio clarificar e reforçar a precariedade laboral a que estes trabalhadores estavam sujeitos deixando-os numa situação de muito **pouca ou nenhuma protecção social**. A maioria dos trabalhadores dos espectáculos (cerca de 67%) não têm contratos de trabalho e foram os primeiros a terem as suas actividades suspensas. Os baixos salários tornam impossível manter uma subsistência à base de poupanças. Sem apoios expressivos por parte da Segurança Social durante mais de um ano, cerca de um terço destes trabalhadores foram obrigados a abandonar a sua profissão. Embora a epidemia seja uma situação pontual e extraordinária para muitos a suspensão de actividade existe todos os anos. Navegando ao sabor do financiamento existente e da falta de vontade de muitos empregadores de criarem laços laborais contínuos e estáveis com os seus trabalhadores.

Neste sentido, o actual governo criou no último ano um **Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura** que embora pretendesse diminuir a precariedade no sector vem antes oferecer novas formas de exploração destes trabalhadores que ficam a partir do próximo ano sujeitos a um regime específico em muitos aspectos pior do que a lei geral do trabalho. A diversificação do trabalho a recibo verde ou prestação de serviços ou o reconhecimento do trabalho intermitente como algo desejável e particular do sector vem alimentar a mentira de que estes trabalhadores não precisam de ter actividade contínua e não preenchem necessidades essenciais e permanentes nas estruturas onde trabalham.

Finalmente, num sector onde são frequentes os acidentes de trabalho, os **regulamentos e a fiscalização da segurança e higiene** no trabalho são raros, e a falta de apoios à manutenção dos equipamentos agravam riscos e condições de trabalho.

Em Coimbra existe um pequeno aumento de trabalhadores fixados na região com o esforço de algumas estruturas independentes para diminuir a precariedade dos seus trabalhadores mas sempre na dependência do valor e da frequência do financiamento que recebem. Existe no entanto a fixação de trabalhadores com contratos sem termo particularmente em resposta a necessidades permanentes nas áreas de mediação e técnicas (produção, administração, direcção técnica, técnicos de som e luz). As áreas artísticas (interpretação, cenografia e figurinos, luz, som e audiovisual) continuam a ser as mais afectadas pela precariedade continuando a existir uma maioria de trabalhadores a recibos verdes.

Os **salários**, mesmo dos trabalhadores contratados, não correspondem ao número de horas de trabalho e continua a existir uma grande desregulação de horários. Como consequência a maioria dos trabalhadores da cultura vêem-se obrigados a ter duas actividades paralelas, sendo que, em Coimbra, a segunda actividade está maioritariamente ligada ao ensino e formação profissional. Muitos deles encontram no ensino o contrato que nunca tiveram no seu sector de origem, o que lhes permite manter os pagamentos à Segurança Social e alguma protecção na saúde, mesmo que temporariamente.

Continua a ser fundamental **aprofundar a intervenção do PCP** no debate e discussão com os estes trabalhadores, no sentido da sua consciencialização, esclarecendo o seu papel na luta e a exploração de que são alvo, e preparando-os para o combate político e ideológico. Foram dados passos importantes neste sentido a cada momento do trabalho do Partido mas era desejável que se mantivessem conversas abertas e contínuas com estes trabalhadores no sentido de diminuir o seu isolamento político que os torna muito vulneráveis a pressões e manipulação patronal,

particularmente durante a aplicação do novo Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura prevista para 2022. É imprescindível o contacto pessoal e consistente com estes trabalhadores no sentido do reforço da sua luta e da sua inclusão na luta mais alargada dos outros trabalhadores.

## **2. A Intervenção social dos intelectuais, as suas organizações e a acção do Partido**

### *2.1 A Luta e a ligação às massas*

Os trabalhadores e **profissões integrantes das camadas intelectuais** prosseguem a luta em defesa da melhoria das condições de vida e contra as políticas já descritas que atentam contra a dignidade dos trabalhadores. É cada vez mais notório a presença dos trabalhadores intelectuais nas lutas de todos os dias: trabalhadores científicos, trabalhadores das artes, da cultura e do espectáculo, da tecnologia, da educação e do ensino – trabalhadores intelectuais que assumem o seu papel no firme combate contra a mercantilização do seu saber e na crescente desvalorização das profissões intelectuais que valendo intrinsecamente, são também a garantia do desenvolvimento económico, social e cultural do país.

São de destacar algumas lutas, que representaram momentos importantes para os trabalhadores, nomeadamente as manifestações dinamizadas pelo Manifesto em Defesa da Cultura, que teve também expressão de rua no distrito de Coimbra, envolvendo muitos camaradas e muitos democratas na reivindicação de **1% do OE para a Cultura**.

Destaque também para a luta dos **bolseiros de investigação** pela dignificação do trabalho e dos trabalhadores científicos, pela prorrogação das bolsas de investigação em resposta aos constrangimentos decorrentes da epidemia, com acções de rua em vários pontos do país, incluindo Coimbra, junto à Universidade. Os bolseiros de investigação, bem como os investigadores estiveram também envolvidos nas manifestações de Docentes e Investigadores, bem como nas manifestações da Administração Pública. A **luta dos investigadores bolseiros** foi particularmente intensa na Universidade de Coimbra, tendo sido igualmente intensa a atividade da organização do Partido, tendo-se, inclusivamente editado e distribuído três boletins “Con[s]ciência” do subsector.

Os **professores** têm participado e dinamizado várias acções de luta, seja a greve ao trabalho extraordinário, o assinalar do dia do Professor (5 de Outubro) nas ruas, e em protesto, as várias manifestações ocorridas junto ao local de reunião do Conselho de Ministros, todas as quintas-feira, durante o mês de Maio de 2021, bem como as greves, manifestações e momentos de luta pela dignificação da carreira docente e pela valorização dos salários e carreiras.

Importa aproveitar a mobilização dos **advogados**, emergente das mais recentes lutas como a da CPAS, para as que se avizinham de onde se destacam a continuação dessa luta pela obtenção de uma verdadeira previdência e protecção social, a alteração ao estatuto profissional combatendo a mercantilização da profissão através das sociedades multidisciplinares que atacam a independência e o papel do advogado na justiça e sociedade e pela dignificação da profissão.

Cabe aos **comunistas e ao seu Partido**, o Partido Comunista Português, cumprir decisivamente para a organização dos Intelectuais Comunistas, nomeadamente através do Sector Intelectual, providenciando-lhes as ferramentas necessárias para o **desenvolvimento do debate de ideias**, de esclarecimento, e de atracção de mais trabalhadores intelectuais reforçando a luta e a sua participação activa no combate dos nossos dias.

## 2.2 Organizações sindicais

Num contexto de profundo ataque ao **movimento sindical de classe**, com uma estratégia concertada de condicionamento do exercício de direitos sindicais, como o direito à greve e o direito à contratação colectiva, surgem renovadas tentativas de silenciamento e minimização do papel insubstituível e da autonomia do movimento sindical unitário. A CGTP-IN permanece como única garantia da defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora.

A intervenção dos comunistas no movimento sindical de classe, junto com trabalhadores com ou sem filiação partidária e com diferentes sensibilidades políticas e ideológicas é essencial. Os comunistas têm aqui um contributo e um papel essencial, sendo reconhecidos entre os seus pares pela firmeza e coerência em defesa dos trabalhadores e do povo.

O Sindicato dos Professores da Região Centro (**SPRC**) tem defendido de forma combativa os direitos dos educadores e professores, nos vários graus de ensino. Os comunistas participam nesta organização, tal como noutras, concretizando a defesa dos interesses destes trabalhadores nos locais de trabalho, designadamente nas escolas e nas instituições de ensino superior em Portugal. Nas escolas tem lutado pela resolução de problemas persistentes, que a pandemia evidenciou, com vista em especial à recomposição da carreira, a vínculos laborais estáveis, a horários de trabalho regulares, a mais contratações e ao rejuvenescimento da profissão. Nas universidades e nos institutos politécnicos, o SPRC tem pugnado pela valorização das carreiras, pelo combate à precariedade laboral e pela democratização das instituições.

Mantém-se a necessidade da defesa empenhada da **Escola Pública**, democrática, de qualidade, inclusiva e gratuita, depois da redução dos contratos de associação em 2016, repondo a legalidade e a boa utilização de dinheiros públicos. O mesmo se aplica às instituições públicas de ensino superior e investigação, onde deve ser combatida a influência dos interesses privados dos grandes grupos económicos.

Também para os **trabalhadores da cultura**, o sindicalismo de classe se assume como meio imprescindível de organização, consciencialização, luta de massas e transformação das condições de trabalho e emprego. O dia 15 de Maio de 2017 marcou a tão desejada fusão do CENA e do STE no novo Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, do Audiovisual e dos Músicos – **CENA-STE**. A opinião e o compromisso dos trabalhadores com esta decisão dão-nos a garantia de ter sido a que melhor respondeu à gritante e contínua perda de direitos laborais e sociais. A fusão dos sindicatos mostra que a unidade é uma questão central mas mostra também que é essencial estar nos locais de trabalho, agir junto dos trabalhadores, ouvir e intervir.

Tem sido pela afirmação do carácter de classe da **CGTP-IN**, da afirmação dos princípios da central unitária, democrática, independente e solidária que se tem reforçado o carácter de massas. São esses os princípios que fizeram com que desde a fusão o sindicato tenha recebido perto de 600 novos associados a nível nacional e 35 em Coimbra, acrescentando um terço à nossa implantação.

Em Coimbra, deram-se passos fundamentais na realização de acções de divulgação e esclarecimento junto destes trabalhadores, que reforçaram a unidade e permitiram aumentar o conhecimento dos seus direitos. O núcleo de Coimbra do CENA-STE reúne regularmente com os seus associados e mantém um trabalho contínuo de esclarecimento junto de escolas profissionais e estruturas independentes. Como reflexo da luta nacional, a solidariedade entre os trabalhadores dos espectáculos e audiovisual tem vindo a aumentar e foi possível levar a luta para rua em três momentos diferentes (dois deles durante a discussão dos Orçamentos do Estado para a cultura) nos últimos dois anos, em defesa de contratos de trabalho e mais financiamento à cultura.

### *2.3 Outras organizações de carácter sócio-profissional*

A longa luta do Partido em defesa dos bolseiros de investigação, por nós entendidos como trabalhadores científicos, sempre acompanhou as lutas e reivindicações da **Associação dos Bolseiros de Investigação (ABIC)**, que em Coimbra contou com um grande dinamismo e empenho do trabalhadores científicos comunistas que estiveram profundamente envolvidos nos momentos essenciais da luta.

A ABIC procura garantir condições dignas para os trabalhadores científicos, partindo da premissa que cada trabalhador deve ter acesso a um contrato de trabalho. A ABIC tem dinamizado um importante trabalho na denúncia de graves ataques aos direitos destes trabalhadores e da forma abusiva como as Instituições de Ensino Superior têm utilizado o Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica para suprir necessidades permanentes. A ABIC tem também um papel essencial na defesa e na garantia de cumprimento dos direitos dos bolseiros e na luta pelo acesso a uma carreira e na dinamização do próprio SCTN. Os bolseiros de investigação científica comunistas devem prosseguir a sua acção e intervenção na ABIC, reforçando as suas fileiras.

A **Associação Portuguesa de Juristas Democratas (APDJ)**, onde se congregam muitos juristas comunistas e progressistas, mantém um papel relevante na actual situação do nosso país e do mundo, em defesa das instituições democráticas e dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos proclamadas na ordem jurídica interna e no plano internacional.

## **3. O Partido: intervenção e tarefas**

Um **Partido forte e reforçado**, assente numa organização forte e estruturada de acordo com as necessidades de intervenção e com a realidade concreta são **factores essenciais** ao desenvolvimento da luta de classes. A militância como factor base do desenvolvimento da actividade diária do Partido é indispensável para percorrer o caminho da transformação da sociedade que almejamos enquanto Partido Comunista profundamente alicerçado nas massas. Neste quadro importa destacar o papel essencial dos intelectuais comunistas na luta social, impulsionado também pela crescente proletarização das profissões intelectuais e pela opção de classe que, independentemente disso, tomaram havendo a partir desse ponto a transformação do indivíduo, política, ideológica e social e a transformação do colectivo onde este se insere. A integração dos intelectuais comunistas no movimento operário, uma realidade tão antiga como a própria luta de classes, é essencial para, assumindo o seu lugar no combate, estar na vanguarda da transformação social, fazendo da arte, da cultura, da ciência e da técnica ferramentas e caminhos para a construção da cultura integral do indivíduo, participando e avançando na luta por uma sociedade sem classes e contribuindo para alargar as fileiras, através do reforço do seu Partido de classe, da classe que assumiram como sua.

### *3.1 Trabalho de direcção*

O organismo de direcção tentou desde a última Assembleia de Organização responder aos objectivos traçados, bem como ao desenvolvimento da situação política e social que o país atravessou ao longo dos últimos 5 anos. O **organismo manteve actividade regular**, com a participação relativamente regular dos seus membros, à excepção de situações, que representando casos esporádicos e justificados por alterações de carácter pessoal e profissional não constituíram

preocupação de maior para o desenvolvimento do trabalho. Manteve-se o funcionamento mensal tal como assinalado na última Assembleia de Sector, que importa manter devendo caminhar-se para uma planificação anual das reuniões que permita uma melhor intervenção dos quadros envolvidos. Da mesma forma a planificação anual de tarefas pode ajudar no desenvolvimento do trabalho, sem pôr em causa as necessidades e tarefas que se colocarão, cuja resposta terá que ser dada a curto prazo.

Desde a última Assembleia de Organização foram recrutados 14 militantes para o sector intelectual, havendo perspectivas de rejuvenescimento deste Sector que importam prosseguir e aprofundar.

Foram dados passos importantes na **responsabilização de quadros**, trabalho que importa prosseguir. A responsabilização dos camaradas deste organismo (mas não só) por tarefas específicas e não apenas esporádicas resultará no reforço da estrutura e implantação do Partido, no aumento da militância, na formação dos quadros e no desenvolvimento geral da luta. Torna-se essencial definir no início da actividade da próxima direcção de sector a responsabilidade de cada camarada e as tarefas que lhe serão confiadas, incluindo a responsabilização pelos sub-sectores, com o devido controlo de execução e acompanhamento político por parte do organismo. Existem também outras tarefas pelas quais importa responsabilizar, nomeadamente as questões da formação ideológica, articulação com eleitos, propaganda, trabalho com independentes, entre outras tarefas que possam ajudar a dinamizar a actividade do sector e dos subsectores ou células. A **integração de novos militantes** na actividade diária do Partido tem sido uma dificuldade que importa conseguir ultrapassar, não só dando os meios necessários através da formação ideológica, mas também pela responsabilização e acompanhamento.

É necessário continuar a tomar medidas no sentido da **garantia da autonomia e independência financeira**, na garantia de formação integrada dos quadros do Partido, a partir da oferta programada e regular de cursos de formação ideológica (em estreita colaboração com a Escola do Partido), mas também pela leitura e estudo e pela construção da própria propaganda, nomeadamente através da Revista do Sector “A Fábrica” cujo desenvolvimento e regular tiragem constitui objectivo de futuro.

### *3.2 Organização do Partido*

O sector intelectual divide-se em **subsectores** de actividade profissional de acordo com a realidade dos militantes e da intervenção do Partido nos vários sectores. A organização do Partido está também dividida em **células** de acordo com o local de trabalho, trabalho que tem vindo a ser aprofundado nos últimos anos.

#### *3.2.1 Os subsectores*

O subsector dos **Advogados** teve actividade mais ou menos regular, tendo um camarada responsável definido e tendo efectuado discussão dos principais problemas que afectam o subsector e das medidas apresentadas pelo Partido e da sua intervenção, bem como a ligação ao movimento unitário onde participam membros do Partido.

O subsector informal da **Cultura** reuniu e teve intervenção concreta e regular com a designação de um responsável. O trabalho teve um avanço significativo nos últimos anos que importa manter e continuar a melhorar, nomeadamente na articulação com os independentes e na recolha dos seus contributos para a construção dos programas e das intervenções, e propostas do Partido.

O subsector do **Ensino Superior** tem reunido, apesar de o não fazer com a regularidade desejada, tendo esta dificuldade sido colmatada com a criação da célula da Universidade de Coimbra, que apesar de ter diferente âmbito, inclui alguns dos mesmos camaradas e permite a sua participação

activa na vida do Partido. Foram tomadas medidas no sentido da responsabilização de um camaradas, responsável por este subsector.

O subsector dos **Bolseiros** deixou de ter actividade por via da integração, da maior parte dos militantes noutros subsectores. Considerando o contexto actual, a reflexão vai no sentido da integração destes camaradas num subsector que deverá denominar-se **Ensino Superior e Investigação**, sem prejuízo da atenção a dar à realidade concreta dos bolseiros. Sempre que possível e necessário os bolseiros devem reunir para discussão dos problemas concretas e de formas de intervenção que possam dar resposta às aspirações destes trabalhadores, devendo para isso existir um grupo de trabalho dos bolseiros, ajustado às possibilidades da organização do Partido e às reivindicações concretas.

O subsector dos **Quadros Técnicos** não tem conseguido até agora ter actividade regular por via, também, da sua dimensão, no entanto terão que ser tomadas medidas no sentido de enquadrar estes camaradas na discussão dos problemas do sector.

O subsector dos **Professores** reuniu com pouca regularidade, tendo dificuldades identificadas que importa conseguir ultrapassar para melhor responder às exigências que a realidade coloca. Importa manter um calendário de reuniões antecipado e trabalhar para a responsabilização de militantes por esta frente de trabalho.

O subsector dos **Professores Aposentados**, criado na sequência da IV Assembleia do Sector Intelectual, tem vindo a crescer por via da aposentação dos militantes do subsector do ensino superior e dos professores. Contudo não tem sido possível o seu funcionamento. Terão que ser tomadas medidas para o envolvimento destes camaradas no trabalho regular do Partido, devendo responsabilizar-se um camarada por esta frente de trabalho.

### *3.2.2 As Células*

Desde a última Assembleia do Sector, foram criadas as condições necessárias para a fundação de duas novas células: célula dos trabalhadores da Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra e célula dos trabalhadores da Universidade de Coimbra.

A célula do **Conservatório** composta por professores comunistas do ensino artístico desta instituição tem mantido actividade constante com a edição regular de um Boletim (Contraponto), divulgado pelas redes sociais, mas também no local de trabalho fazendo-nos, através da conversa e do convencimento, chegar a mais trabalhadores que vendo-se reconhecidos nas reivindicações e lutas dos comunistas, se aproximam do Partido, contribuindo para o desenvolvimento do trabalho político unitário, sendo também desejável que possam vir a contribuir para o reforço do Partido.

A célula da **Universidade de Coimbra** é composta por trabalhadores do Sector Intelectual e por trabalhadores organizados no Sector da Administração Pública Central. Esta célula foi criada pela necessidade de organizar os trabalhadores de acordo com o seu local de trabalho, e de acordo com as orientações gerais para o desenvolvimento da luta de massas. A realidade e as necessidades concretas estimularam a existência desta célula que, apesar da sua complexa criação, tem conseguido manter actividade e intervenção regular.

Deve ser estimulada a formação de mais células, noutros locais de trabalho, onde haja condições para a sua formação e desenvolvimento, por via da existência ou possibilidade de existência de organização do Partido no local de trabalho em questão. As células permitem um maior trabalho de proximidade e de envolvimento, respondendo a lutas concretas e possibilitando o enraizamento do Partido nas massas.

### 3.3 Trabalho político unitário

O trabalho político unitário é também essencial para a construção e desenvolvimento da luta. Têm sido dados passos importantes que importa manter e alargar. A epidemia Covid19 travou em certo ponto o caminho que estava a ser traçado, não o impossibilitando, mas causando dificuldades acrescidas, com reflexos na restante actividade partidária.

Continua a ser entre os trabalhadores da **Cultura** e do **Ensino Superior**, onde o trabalho político unitário tem mais possibilidades de desenvolvimento em Coimbra. É de destacar o trabalho junto de independentes que a criação da célula do Conservatório permitiu, em conjunto com o seu boletim que importa aprofundar, identificando os contactos a realizar e as diversas formas de envolvimento.

A **Coligação Democrática Unitária (CDU)** é uma importante força agregadora, sendo que os apoios à CDU em períodos eleitorais são a materialização de uma aproximação de muitos unitários à luta de massas e também, uma maneira de alargar a rede de contactos. É imprescindível a responsabilização de todo o colectivo partidário por trazer mais activistas, envolvendo-os na discussão, contribuindo para o reforço da luta, mas também para o reforço do Partido, seja de forma directa através do recrutamento, seja através do enriquecimento da discussão e construção de iniciativas.

Foi possível desde a última Assembleia do Sector realizar uma lista de contactos de **independentes** que têm sido regularmente abordados, seja para alargar o leque de activistas CDU, seja para contribuir activamente para o conhecimento do Partido das diferentes realidades onde estes contactos estão inseridos.

Continua válido o objectivo central e permanente de levantamento em todos os subsectores e células de nomes a abordar para **contactos regulares** motivados por questões políticas de carácter geral, questões sectoriais ou convites para integração ou dinamização de iniciativas que possam ajudar ao envolvimento, participação e contribuição de independentes. O objectivo proposto de realização, pelo menos anual, de reuniões com independentes não foi integralmente cumprido. Interessa tomar medidas para colmatar esta falha e assegurar um envolvimento dos contactos independentes e o seu contributo. Desta forma e na continuação do trabalho já iniciado é necessário responsabilizar os quadros, nomeadamente do organismo directivo, mas não só, pelo contacto regular com uma lista definida de independentes, não obstante o seu contínuo e desejado alargamento.

Deve ser também potenciada a **articulação com os eleitos municipais e autárquico**, no sentido do desenvolvimento integrado do trabalho, que permita levar as reivindicações concretas do sector a órgãos onde a CDU tem representação institucional. A responsabilização de um camarada por esta frente de trabalho poderá representar um aspecto positivo para o trabalho do sector.

### 3.4 Fundos

É essencial que o Sector Intelectual mantenha e alargue a **capacidade financeira**, afirmando a autonomia e independência e permitindo ao Partido uma intervenção mais forte e estruturada.

Do ponto de vista da organização é essencial garantir que as **quotas** dos militantes estão em dia, e que se coloque a cada camarada o aumento da quota em pelo menos um euro, independentemente da base onde idealmente inicia de 1% do rendimento. Para tal, é indispensável o sector ter três

prioridades essenciais: aumento dos camaradas que recolhem e actualizam quotas; preferência pelo pagamento por transferência bancária; controlo do pagamento de quotas. Registou-se um aumento de camaradas a pagar quota até 2018, tendo desde aí registado decréscimos, apesar do valor médio da quota ter, no geral, aumentado. Em 2021 tivemos 51% da organização a pagar quotas, com um valor médio de 22,29€.

Os **contributos** de camaradas e amigos inseridos em campanhas de fundos, ou em objectivos concretos, mais ou menos imediatos, são igualmente essenciais para garantir o regular funcionamento dos organismos, tanto a nível central, como regional e sectorialmente. É portanto essencial manter actualizada a base de contactos (quem são e quem está em melhores condições de realizar o contacto), sendo indispensável ir à conversa com um conjunto alargado de activistas no sentido de contribuírem para a intervenção do Partido.

É igualmente desejável que a **capacidade financeira** seja aumentada pela realização de iniciativas que, tendo carácter político, possam também servir para recolha de fundos, assegurando o presente e o futuro de intervenção do Partido. A revista do sector, ainda em construção, além do papel cultural e político que desempenhará poderá ainda ajudar neste propósito.

### *3.5 Informação, propaganda e formação ideológica*

É essencial conseguir criar e manter uma dinâmica de trabalho que permita a **divulgação do trabalho e da discussão** desenvolvida nas células e subsectores, levando as posições do Partido e as reivindicações concretas dos locais de trabalho onde há comunistas e onde, não havendo, há conhecimento para intervir e esclarecer. Torna-se premente conseguir chegar aos trabalhadores cujos problemas são idênticos, e cuja resolução propomos, reivindicamos e lutamos para concretizar. É urgente a dinamização regular de **boletins de célula ou de subsector**, onde e quando for possível. Os boletins permitem o envolvimento dos camaradas em tarefas concretas e regulares, bem como a divulgação das linhas centrais e reivindicações do Partido, contribuindo para o seu reforço. A dinamização do site e redes sociais do Partido deve também constituir uma linha de divulgação essencial das posições do Partido para os militantes e amigos.

Os já mencionados cursos de **formação ideológica** deverão ter regularidade, devendo ser criado um **curso fixo sobre a História do Partido e Princípios Orgânicos**, a realizar duas vezes por ano, aberto aos militantes que queiram participar e para permitir o enquadramento de novos militantes. Também se deve potenciar a realização de cursos com outras temáticas que impulsionem a discussão e a elevação da formação dos comunistas, bem como o seu envolvimento e participação na organização do Partido. Para tal deverá ser responsabilizado um camarada por esta tarefa, assegurando a sua boa execução.

Nos últimos anos iniciou-se a construção de uma **Biblioteca** no Centro de Trabalho com livros e documentos doados por camaradas, amigos e algumas instituições. A 31 de Janeiro de 2019 formalizou-se a sua criação e iniciaram-se diversos debates com regularidade mensal até serem interrompidos pelos constrangimentos provocados pela epidemia Covid19. Pretende-se que em breve possam ser retomados. A existência, utilização e dinamização regular do espaço da Biblioteca do Centro de Trabalho de Coimbra deve funcionar também como elemento de apoio à actividade do Sector Intelectual.

A criação da **revista do Sector Intelectual de Coimbra “A Fábrica”**, constituirá um avanço cuja construção está ainda em marcha. Importa trabalhar neste sentido, para garantir que haverá uma

regularidade na sua edição, que permitirá chegar a mais camaradas e amigos através da sua construção e, mas também da sua divulgação.